



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

HELBERT GOMES DE SALES

**Quais os limites da coexistência entre o patrimônio edificado e a vida cotidiana no
Bairro São Cristóvão (Velooso)?**

Ouro Preto-MG

2026

Helbert Gomes De Sales

**Quais os limites da coexistência entre o patrimônio edificado e a vida cotidiana no
Bairro São Cristóvão (Velo)?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de História (DEHIS) da
Universidade Federal de Ouro Preto como pré-
requisito básico para a conclusão do Curso de
História Bacharelado.

Orientador: Daniel Wanderson Ferreira

Ouro Preto

2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Helbert Gomes de Sales

Quais os limites da coexistência entre o patrimônio edificado e a vida cotidiana no Bairro São Cristóvão (Veloso)?

Monografia apresentada ao Curso de História - bacharelado da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em História

Aprovada em 24 de julho de 2026.

Membros da banca

Prof. Dr. Daniel Wanderson Ferreira - Orientador Universidade Federal de Ouro Preto
Mestre João Marcelo Struchi Bebiano de Amorim - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

O Prof. Dr. Daniel Wanderson Ferreira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/07/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Wanderson Ferreira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/07/2026, às 20:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1148818** e o código CRC **15B01BA4**.

*Dedico primeiramente a Deus, a minha
família, aos meus amigos e amigas que
tanto me ajudaram na construção desta
pesquisa*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, que foi o meu sustento e por possibilitar mais esta conquista em minha vida.

À minha família, pelo apoio e incentivo, em todos os momentos da minha vida, que foram fundamentais para esta conquista.

À minha amada parceira Fabiana Lesse, que continuamente me incentivou nos dias difíceis, a continuar.

A mim mesmo, por ter pensado em desistir, mas nunca ter aceitado desistir. Pelas noites mal dormidas. Por mesmo cansado, ir para outra cidade estudar. Por me manter em movimento, mesmo quando o caminho parecia incerto.

A meu orientador e professor Daniel Wanderson Ferreira, pela dedicação e apoio no processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos, Carlos Henrique Viana, Daniel Batista Estevam, Luiz Claudio Viana, que sempre me incentivaram nesta caminhada.

Às servidoras do arquivo público municipal de Ouro Preto (APCMOP), Helenice Afonso de Oliveira e Polyana Renata de Oliveira, que muito gentilmente me auxiliaram na pesquisa.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto e todos docentes que contribuíram com a minha formação pessoal e profissional durante minha graduação. Em especial cito Daniel Wanderson Ferreira, a Ana Mónica Henriques Lopes, a Helena Miranda Mollo, o Mateus Favaro Reis, e a Anna Beatriz V. M. Donatelli. Além disso, vejo-os como modelo de educadores e pesquisadores, e espero um dia poder me tornar tão bom quanto vocês.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para que eu alcançasse esta vitória. Obrigado a todos!

“É necessário sempre acreditar que um sonho é possível, que o céu é o limite e você truta é imbatível. Que o tempo ruim vai passar é só uma fase, que o sofrimento alimenta mais a sua coragem”.

(Racionais MC's)

Resumo

Quais os limites da coexistência entre o patrimônio edificado setecentista e a vida cotidiana no Bairro São Cristóvão (Velooso)? Esta pesquisa visa contribuir para as discussões sobre os usos do patrimônio setecentista na cidade de Ouro Preto. Em específico tomamos como objeto a relação de construção e desenvolvimento do bairro São Cristóvão a partir da década de 1960, momento de constituição do bairro, a partir da expansão do número de moradias. Esta mesma pesquisa carrega também pensar o uso das estruturas arqueológicas, fruto da mineração setecentista, que se encontram em meio ao bairro e por vezes são utilizadas no embasamento e construção das novas casas e arruamentos que ainda estão a se desenvolver no local. Entende-se que a localidade se desenvolveu inicialmente por ação dos próprios moradores, porém ao longo dos anos, ela passou por processos de legalização do espaço pela municipalidade.

Palavras chave: Patrimônio; Construção; Legalização; Turismo.

Lista de figuras

Figura 1- Figura 1: Localização de bairro São Cristóvão na malha urbana da cidade e localização da área de estudo	10
Figura 2 - Figura 2 Vista aérea do Bairro São Cristóvão	15
Figura 3 - Evolução da ocupação urbana na área de estudo de 1950 a 2017. Estão destacados em vermelho os três grandes conjuntos de mundéus existentes e a Rua Padre Rolim.....	17
Figura 4 - Capela de São Cristóvão	18
Figura 5 - Mapeamento de aquedutos para captação hídrica na Serra do Veloso.	25
Figura 6 - Local de exploração de pigmentos minerais na Serra do Veloso	27
Figura 5 - Muro de mundéu, sendo utilizado como muro de contenção e de divisa.	22
Figura 9 - Muro de mundéu utilizado preservado no salão paroquial	23
Figura 10 - Estrutura de mundéu utilizada na urbanização	23
Figura 13 - Entrada da Cava subterrânea Mina Du veloso.....	29

Sumário

Introdução.....	9
1 - Localização do Bairro São Cristóvão.	9
2 – Proteção dos aspectos coloniais da cidade de Ouro Preto em leis e decretos.....	11
3 – O boom populacional da Serra do Ouro Preto, às margens da Rua padre Rolin e o processo de legalização da habitação no Bairro São Cristóvão.	14
4- Utilização das estruturas ditas históricas na urbanização do Bairro	21
4.1 - A presença da indústria aurífera e de tintas na Serra do Ouro Preto	24
4.2 - Fábrica de Tintas	26
4. 3 - Mina Du veloso. O turismo afro presente no bairro.	28
5 - Considerações Finais	31
6 - Fontes:	32
7 – Bibliografia consultada:	33

Quais os limites da coexistência entre o patrimônio edificado setecentista e a vida cotidiana no Bairro São Cristóvão (Velo)?

Introdução

A preservação do patrimônio cultural constitui um importante instrumento para construção de narrativas que levam a valorização da memória e da identidade social dos seres humanos. O que pode possibilitar diferentes temporalidades permaneçam presentes na paisagem e no imaginário local. Contudo, os espaços patrimonializados não se encontram isolados das transformações contínuas desencadeadas pelo crescimento da cidade de Ouro Preto. O mesmo ocorre com outros núcleos históricos que passaram por processos de expansão urbana ao longo dos séculos modificando suas configurações espaciais e sociais. Essa situação é ainda marcada por tensões e diálogos existentes entre a conservação do patrimônio e as necessidades de ocupação e desenvolvimento dos territórios.

Desse modo, esta pesquisa busca analisar o processo de formação e crescimento do Bairro São Cristóvão, que se inseriu em uma área patrimonializada localizada na entrada da cidade de Ouro Preto, buscando compreender como as dinâmicas de ocupação, urbanização e habitação influenciaram a construção desse espaço urbano e social a partir da década de 1960 até o ano de 2026. A pesquisa parte do entendimento que o patrimônio não deve se definir apenas como um conjunto de bens afastados da sociedade destinados à preservação. Mas como um mecanismo que deve ser discutido no âmbito da sociedade atual e possivelmente reinserido, vivido e possivelmente transformado pelas práticas e experiências estabelecidas pelos habitantes.

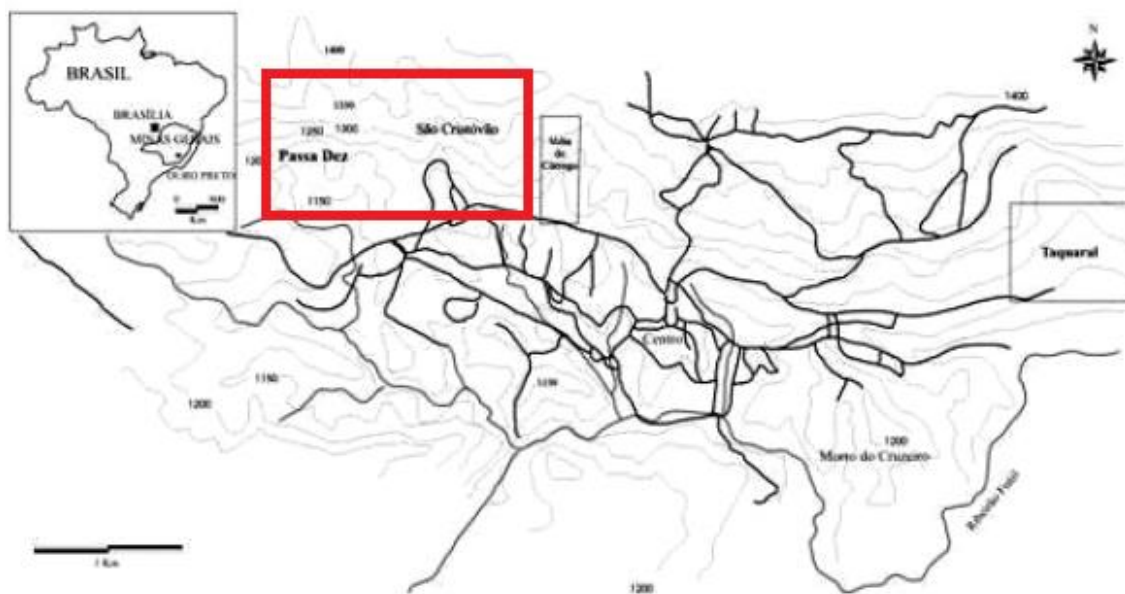
1 - Localização do Bairro São Cristóvão.

O Bairro São Cristóvão, popularmente conhecido como Velo, está situado no setor oeste da malha urbana da cidade Ouro Preto, localizado a 2 quilômetros em relação à Praça Tiradentes, lograda como centro da cidade (FERREIRA 2017). Está situado na

entrada da cidade, a cerca de 101 km de distância de viagem da capital Belo Horizonte - aproximadamente 1 hora e 39 minutos de viagem via BR-356¹.

Atualmente, o Bairro encontra-se limitado pelo corte longitudinal da Rua Padre Rolim, variante da BR-356 que corta a cidade até a parte central (Praça Tiradentes). Isso fez com que o Bairro se mantivesse nas encostas ao norte da cidade, sublocado em uma das parcelas da Serra de Ouro Preto (FERREIRA 2017), como se pode observar pela planta de localização de bairros (**Figura 1**). Por sua vez, a Serra em questão também faz parte da Serra do Espinhaço (OLIVEIRA, 2023).

Figura 1- Figura 1: Localização de bairro São Cristóvão na malha urbana da cidade e localização da área de estudo



Fonte: Modificado de Sobreira, *et al*, 2009.

Segundo Inventário de Patrimônio Artístico e Cultural produzido pela Prefeitura de Ouro Preto em 2011, sobre o Bairro², “o conjunto arquitetônico é recente, estando em uma área de expansão desordenada que origina a partir da década de 1960” (IPAC. 2011,

¹ GoogleMaps. Belos Horizonte/Ouro Preto. 2026. <https://maps.app.goo.gl/QFyJgihYXbm28iKP8>. Acesso em 01 de maio de 2026.

² Prefeitura de Ouro Preto. Inventario de Proteção ao Acervo Cultural. Ouro Preto – IPAC. Quadro II. Vol. 03/11. P. 8, 2011.

p.8). Em 1974 foi desenvolvido o primeiro Plano diretor de Ouro Preto³, direcionando as devidas áreas de urbanização e proteção ambiental e patrimonial.

“O lugar no qual se encontra as edificações que compõem o bairro foi se desenvolvendo sem planejamento” (IPAC. 2011, p.8). À medida que a ocupação ia se intensificando, aumentava a ocorrência de becos e ruas estreitas, o que implica em dificuldade de acesso para carros, transporte público e às residências dos moradores. As ruas são muito íngremes e sua geometria não favorece o acesso⁴. Ainda surgiram edificações novas na década de 1990.

2 – Proteção dos aspectos coloniais da cidade de Ouro Preto em leis e decretos

A cidade de Ouro Preto se destaca pela proteção de casarios que remetem ao tempo colonial. Antes mesmo das primeiras leis e decretos nacionais direcionados a regulamentar a proteção dessas edificações, já haviam movimentações municipais em prol da proteção da característica, dita de “feição colonial”. Esta denominação foi utilizada pelo prefeito João Batista Ferreira Veloso, que no mês de setembro do ano de 1931, por meio do Decreto municipal Nº 13, institui que deveria:

conservar o seu aspecto colonial transmitido dos nossos antepassados, considerando que esta feição colonial de seus edifícios e seus prédios, das ruas e praças, desperta grande interesse por parte dos turistas que frequentemente, vêm visitar a cidade e suas cercanias; considerando que ferem dolorosamente a visibilidade dos turistas os prédios que destoam o tempo, digo, tempo colonial⁵

Essa lei erigiu os fundamentos para a primeira legislação municipal de proteção ao casario colonial de Ouro Preto. Tal decreto, carrega apenas dois artigos:

Art. 1º - Não é permitida, no perímetro urbano a construção de prédios em desacordo com o estilo colonial da cidade;

Art. 2º - Os atuais prédios existentes no perímetro urbano em desacordo com o antigo antecedente, deverão ser modificados nas respectivas fachadas quando estas tenham de receber reparos⁶.

³ Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Caixa 1. Fundo: Prefeitura de Ouro Preto, Série: Patrimônio Histórico. Tipologia: Correspondências, relatórios, projetos, atas. Pasta: Levantamento Aerofotogramétrico e restituição executado por PLAMG LTDA. Nº 73.

⁴ *Idem*, p. 8. 2011.

⁵ Arquivo Municipal de Ouro Preto. Livro Nº1 Decreto/Lei 13/1931. Fundo PMOP, Série: Governo, Subsérie: Legislação. 1931-1954. Acesso em 26 de março de 2026.

⁶ *Idem*. 1931.

Um ano depois, no mês de setembro de 1932, o mesmo prefeito iria ratificar esta determinação, colocando em vigor um novo direcionamento municipal que, por meio do decreto N° 25 três novos artigos foram adicionados:

Art. 3º - Nos reparos, consertos, reconstruções e limpezas não é permitida a modificação externa do estilo antigo, quer nos telhados, quer nas fachadas ou cimalhas, em quaesquer detalhes;

Art. 4º - Não poderão receber pintura portaes, peitoris, colunas e outros quaesquer trabalho em pedra existente externamente em quaesquer edifícios ou construções históricas ou artísticas, retirando-se a que já exista, ao serem reparados ou limpas;

Art. 5º - Para construções, reconstruções, reparos e limpeza externa e necessário prévio alvará da prefeitura, sob as penas de demolição do serviço feito clandestinamente e de multa de 50#000 a 100#000⁷.

Somente em 12 de julho de 1933, pelas mãos de Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, que iria ser apresentada a primeira legislação federal de proteção patrimonial. Erigiu-se por meio do decreto n° 22.928, a cidade de Ouro Preto a monumento nacional⁸. Getúlio Vargas se tornou importante para o movimento de patrimonialização de bens ao longo do governo do Estado Novo. Em 1937, ele decretou a criação do serviço de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional por meio do Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro. O artigo primeiro direciona o intuito do decreto:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico⁹.

Neste momento há um crescimento no número de tombos históricos no território brasileiro, especificamente em Ouro Preto. Casarios, ruas, igrejas e ruínas, passam a entrar para a esfera de proteção federal, a fim de promover a continuidade dos bens.

⁷ Arquivo Municipal de Ouro Preto. Livro N°1 Decreto/Lei 25/1932. Fundo PMOP, Série: Governo, Subsérie: Legislação. 1931-1954. Acesso em 26 de março de 2026 (o uso da cerquilha aparece no documento oficial, substituindo o cifrão, que simboliza o Conto de Reis, moeda oficial do período).

⁸ Vargas. Getúlio. [Constituição (1933)]. **Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1933. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>. Acesso em: 4 maio 2026.

⁹ Vargas. Getúlio. [Constituição (1937)]. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. [S. l.: s. n.], 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 4 maio 2026.

No mesmo ano de 1937 há a criação do Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), com a lei n. 378, de 13 de janeiro. O SPHAN tinha como objetivo “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (Brasil, 1937a, art.46). Isso foi fundamental para sustentar o projeto modernista do Estado Novo. O intuito era criar um passado para a nação, e para tanto, foi necessário eleger algumas edificações e monumentos a serem tombados como patrimônio nacional (SALGADO. 2010, p. 20). Em 1938, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Ouro Preto foi tombado e inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes (AGUIAR. 2016, p.6).

Após a deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, o Órgão passou por algumas alterações administrativas e teve sua estrutura incrementada.

Na curta presidência de José Linhares, o decreto-lei n. 8.534, de 2 de janeiro de 1946, alterou a nomenclatura do Sphan, que passou a ser denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan), ainda subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Já pelo decreto n. 20.303, de 2 de janeiro de 1946, foi aprovado o seu regimento interno, que oficializou a estrutura informal existente e complexificou o aparato administrativo da instituição, estabelecendo a subordinação de diretorias, seções e serviços, e as respectivas competências (Pereira. 2026).

Os museus federais criados até aquele momento ficaram diretamente vinculados à diretoria do órgão. “O regramento representou um significativo fortalecimento da prática federal de preservação cultural” (Pereira. 2026), firmando condutas técnico-administrativos que foram sendo consolidadas desde a criação do serviço, em 1937.

Após a reforma institucional no Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1979, foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que, com a criação da Secretaria da Cultura, em 1981, se converteu em Subsecretaria. Com a criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, voltou a ser Secretaria e foi extinta por decreto no Governo Collor, em 1990. Após a extinção, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) que, em 1994, voltou a se chamar IPHAN”. (Fonseca. 2005. p. 32).

Aguiar (2016) afirma que, o conjunto urbano de Ouro Preto foi considerado “excepcional” e “autêntico” pelos intelectuais do Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). A principal justificativa foi a relação do valor artístico dos bens imóveis. Como consequência direta dessa inscrição e das concepções sobre a preservação do patrimônio cultural brasileiro dominantes no período, Ouro Preto passou a ser vista como uma obra de arte que deveria ser conservada como tal. Em 21 de setembro

de 1980 à cidade foi inscrita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade¹⁰. Somente em 15 de setembro de 1986 ela entraria para o Livro do Tombo Histórico e para o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, completa Aguiar (2016).

3 – O boom populacional da Serra do Ouro Preto, às margens da Rua padre Rolin e o processo de legalização da habitação no Bairro São Cristóvão.

A partir da década de 1950 houve um aceleramento na industrialização da região, o que modificou a estrutura urbana causada pelo adensamento da população residente nas cidades de Ouro Preto e Mariana. Esse movimento pode ser explicado principalmente pela presença de novas indústrias no território de Ouro Preto, “como o complexo industrial de alumínio Aluminium Limited do Canadá (Alcan), que em 1950 assumiu as instalações da Eletro-Química brasileira (Elquisa)¹¹, se tornando-se um polo de atração para trabalhadores vindos de outros municípios”, como explana Aguiar (2016, p. 97).

Além disso, o fornecimento de mão de obra especializada pela Escola de Minas, fundada em 1876 (FERREIRA. 2017), proporcionou terreno fértil para o modelo de industrialização brasileiro em expansão. Naquele momento houve do aumento da produção das indústrias de base, em especial da indústria metalúrgica. “Ouro Preto e Mariana mantiveram sua base econômica apoiada na extração mineral e no desenvolvimento do parque industrial, do qual também viriam a fazer parte, além da Alcan, a Companhia Vale do Rio Doce e a Samarco, que se instalaram na região na década de 1970” (AGUIAR. 2016, p. 98).

Campos (2014, p. 15) discorre que até a década de 1960, os morros que circundam a cidade histórica de Ouro Preto eram parcialmente cobertos de ruínas das antigas lavras do século XVIII e de residências de mineradores e seus escravizados. Segundo ela, a longa permanência dessas estruturas remanescentes se deu por conta do esvaziamento e abandono definitivo das lavras, no fim do século XVIII e, posteriormente, em virtude da estagnação política e econômica da cidade, resultante da perda do status de capital de

¹⁰ Sobre o tombamento de Ouro Preto pela UNESCO, Ver: Instituto de Patrimonio Histórico Artístico Nacional. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1293>. Acesso em 13 de maio de 2026.

¹¹ A História da Fábrica de Saramenha. 2012. Disponível em: <https://operarioverde.blogspot.com/2012/03/historia-da-fabrica-de-saramenha.html>. Acesso em: 14 maio 2026.

Minas Gerais em 1898, quando foi transferida a capital para Curral Del Rei, atual Belo Horizonte (DIAS; CARDOSO. 2025, p. 25).

Segundo Calil (2015, p. 9),

as pessoas que chegavam a Ouro Preto-MG buscavam trabalho na fábrica Alumínio Canadense S/A (ALCAN) e nas suas prestadoras de serviço. Porém, a oferta de moradia e terrenos apropriados não era suficiente na área central da cidade, onde havia fiscalização e restrições impostas pelos órgãos de proteção patrimoniais.

Isso devido à ocupação de terrenos já alterados pela atividade de mineração aurífera nas encostas. Assim, algumas estruturas remanescentes da atividade mineradora anteriormente desenvolvida no local foram sendo reutilizadas na urbanização. Calil (2015, p. 9) ainda observa que a consolidação urbana da área, inicialmente, se deu por ações dos próprios moradores, a começar pelas modificações realizadas nos terrenos, como cortes e aterros para a edificação das casas e construção de vias de acessos aos imóveis.

Outro marco da expansão da ocupação da área ainda na década de 1960, está ligado a implantação da estrada de acesso a Ouro Preto para Belo Horizonte (atual BR 356, antiga MG 56). É em 1962 que se constituiu a variante dessa estrada atravessando a cidade de Ouro Preto-MG, com o nome de Rua Padre Rolim (**figura 2**), em homenagem ao conjurado e um dos precursores da ocupação do território de Vila Rica durante o ciclo do ouro. Com os anos se tornou a principal via de entrada e saída da cidade (VIANA, 2025). O projeto de construção dessa rodovia tinha como objetivo facilitar o acesso à Praça Tiradentes e melhor fluxo de automóveis oriundos da capital (FERREIRA. 2017).

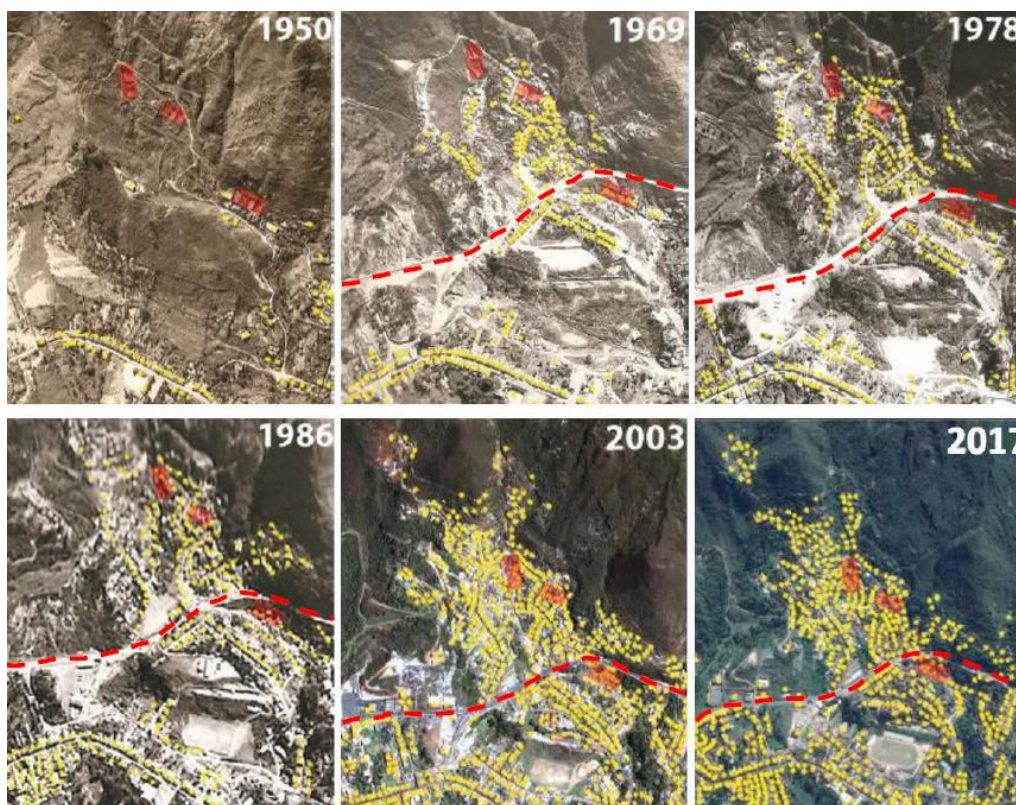
Figura 2 - Figura 2 Vista aérea do Bairro São Cristóvão



Fonte: Ferreira (2017)

Ainda segundo Ferreira (2016, p. 40), uma das consequências dessa obra foi a abertura de novas ocupações para moradias nas encostas acima do Traçado da rodovia. Por meio da **Figura 3** observa-se a ocupação da área desde a década de 1950 até 2017. Pode-se notar o aumento abrupto do número de edificações, destacadas em amarelo, após a abertura da Rua Padre Rolim.

Figura 3 - Evolução da ocupação urbana na área de estudo de 1950 a 2017. Estão destacados em vermelho os três grandes conjuntos de mundéus existentes e a Rua Padre Rolim



Fonte: Teixeira (2015) apud Ferreira (2016).

Ao longo dos anos, devido ao crescente crescimento populacional, foram implementadas ações de consolidação da ocupação deste território pelo poder público municipal. Diversas medidas foram tomadas para a abertura e consolidação de ruas, realização de obras de infraestrutura urbana (abastecimento de água, esgotamento sanitário, iluminação pública, distribuição de energia e asfaltamento de vias), de construção de equipamentos públicos, entre outros (CALIL 2015).

Segundo Inventário De Proteção Do Acervo Cultural – IPAC (2011, p. 29), após a morte do coronel Jose Veloso Carmo, suas propriedades foram sendo ocupadas pela população. Porém, seu sobrenome se manteve como designação popular do território, sendo o novo nome do Bairro, São Cristóvão, uma criação da segunda metade do século XX. Essa mudança só seria efetivada pela Lei nº 77 de 10 de setembro, no ano de 1964 e o nome São Cristóvão substitui o nome Veloso, conforme especificação da Lei.

Art. 1º - Fica denominado "**Bairro São Cristóvão**", o lugar até então chamado Veloso, localizado à margem da rodovia dos Inconfidentes, ou seja M.G. 56.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor a partir da data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém¹².

Essa mudança de nomenclatura possivelmente foi motivada pela devoção de boa parte dos moradores ao santo, fato corroborado pelo estabelecimento de uma Irmandade e pela construção de uma capela, por volta do ano de 1964, mesmo ano da mudança do nome do bairro segundo IPAC (2011, p. 30).

Figura 4 - Capela de São Cristóvão



Fonte: Acervo SMPDU/PMOP – Foto: Marcelo Enrick apud IPAC (2011)

A iniciativa da construção da Capela de São Cristóvão (**figura 4**) partiu de alguns membros da comunidade, devotos do santo protetor dos motoristas¹³, que carregaram todo o material com muito esforço até o local.

Os senhores envolvidos na obra mais diretamente seriam: Joaquim Moringa, Jose Pociano, Jose Pereira, Joao Peixoto e Milton Neves Geraldo. Após o termino da obra, foi organizada a Irmandade de São Cristóvão, que ficaria responsável pela manutenção e conservação da capelinha (IPAC, 2011, p. 32).

¹² Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Caixa 1. Fundo: Prefeitura de Ouro Preto, Série: Patrimonio Histórico. Tipologia: Correspondências, relatórios, projetos, atas. (1970-1979) Arquivo avulso.

O local que abriga a capela de São Cristóvão possui dois pavimentos, onde a capela se encontra no andar superior e o salão paroquial no inferior, datado de 1969 (FERREIRA 2017, p. 116), onde antigamente houve um bar do senhor Joaquim Moringa (IPAC, 2011, p. 32). O mesmo inventário de 2011 (p. 32) cita que a partir do término da edificação da capela, intensificou-se o processo de ocupação do bairro São Cristóvão com a abertura de novas ruas e o aumento das construções. É indicativo desse movimento algumas leis municipais que buscaram aprimorar a convivência e acesso do bairro.

Em 30 de dezembro de 1967, foi doado um terreno de 650m² da Prefeitura de Ouro Preto ao Estado de Minas Gerais, através da Lei no. 240, situado no São Cristóvão, para se construir o Centro de Saúde de Ouro Preto¹⁴. Já no ano de 1970, a Lei nº. 375 de 28 de dezembro, denominou vários outros logradouros recentes no bairro São Cristóvão. São estes os nomes que surgem:

Rua Manganês (ex-logradouro 22-94): começo na Rua Padre Rolim, de frente a casa do Sr. Moacir Lourenço, passando pela caixa d'água antiga até o alto;
Rua Platina (ex-logradouro 15-87): começo no asfalto, subindo paralelamente à Rua Dr. José Araújo Dias;

Rua Dolomita (ex-logradouro 16-88): começo na Rua Dr. José Araújo Dias em direção à Platina;

Rua Perita (ex-logradouro 19-91): início no alto das ruínas de mineração de ouro até ultrapassar a caixa d'água do Veloso;

Rua do Ouro (ex-logradouro 18-90): começo no fim da Rua Dr. José Araújo Dias e indo até a Rua Perita¹⁵.

Em 1974, no primeiro Plano Diretor para Cidade de Ouro Preto, o Veloso (ainda reconhecido pelo nome popular, pela municipalidade) se destaca como “área de remoção”¹⁶, marcando a presença incerta do bairro. Entre os anos de 1979 a 1988, desenvolveram-se novos arruamentos, novas casas, novos empreendimentos na área do bairro São Cristóvão¹⁷. A própria municipalidade efetuou a doação de terrenos para novas construções necessárias ao serviço social.

Pela Lei no. 102 de 08 de junho de 1979, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto doou um terreno de 300m² na Rua Joao XXIII ao Sr. Jose Flaviano Inacio, para que pudesse edificar ali a sua casa. Na mesma data e na mesma rua, outra doacao seria feita pela municipalidade atraves de lei (nº. 104), dessa vez ao

¹⁴ *Idem* (2011)

¹⁵ *Idem* (2011)

¹⁶ APCMOP - Correspondências, relatórios, projetos, atas, Legislação - 1970 - 1979 - Caixa 1. Pasta: Levantamento Curfotogrametrico e Restituição executado por PNAG-LTDA. IPHAN Nº73.

¹⁷ IPAC (2011).

Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ouro Preto, para ali construir sua sede (IPAC, 2011, p. 33).

Pode-se entender essa posição da municipalidade como uma possibilidade de suprir a carência do desenvolvimento social em prol da manutenção das necessidades da vida cotidiana. Essas obras, doações e novos usos do terreno pela municipalidade, marcaram um crescimento próprio da localidade, um crescimento não convencional, desordenado, porém com interferências ao seu favor feitas pela municipalidade.

Mesmo com esses desafios, o bairro crescia bastante nesse início da década de 1990, o que certamente demandava a expansão da infraestrutura básica. Exemplo disso são as várias leis que autorizaram a extensão da rede elétrica no São Cristóvão, que beneficiaram os seguintes logradouros: Beco da Padre Rolim, Ruas 0483, 0282, Perita e 2035 (respectivamente Leis no. 54, 55, 56, 57 e 58 de 9 de julho/92)¹⁸.

O bairro continuou crescendo ganhando a construção de mais casas e consequente abertura de novas ruas. Exemplo disso é que em 28 de setembro de 1994, pela Lei no. 79, vários logradouros recebem denominação dentro do bairro, onde a maioria deles tinham início na Rua Perita - uma das ruas centrais do bairro (IPAC, 2011, P. 36), continuidade da antiga rua Professor Alberto Barbosa, renomeada como rua Padre Simoes¹⁹.

Consta no IPAC (2011, P. 36), que no ano de 1998, a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro São Cristóvão, fundada em 30 de outubro de 1983 foi declarada de utilidade pública pela Lei no. 66 de 29 de dezembro, tendo sede na Rua Professor Alberto Barbosa em um prédio conhecido popularmente como João Bolinha²⁰. Na mesma data, por meio da Lei no.68/98 a prefeitura de Ouro Preto muda o nome para a Escola de 1º grau Barão de Camargos, anos depois a mesma escola passou a se chamar Escola Municipal Padre Carmelio Augusto Teixeira²¹, firmando a presença de mais um aparato de apoio a vida social no bairro.

Dos anos 1990 até 2007, o bairro continua crescendo aparecendo novas ruas e o que edifica estruturas de melhoria habitacional. Segundo o mesmo inventário citado anteriormente (2011, p. 37), no dia 9 de outubro de 2007, por meio do Decreto nº. 824, é

¹⁸ *Idem* (2011).

¹⁹ Localização da rua. <https://maps.app.goo.gl/nZ6pBPhJK853jHCSA>. Acesso em 21 de maio de 2026

²⁰ ESCOLA Municipal Padre Carmelio Augusto Teixeira,. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://educacao.ouropreto.mg.gov.br/escola/em-padre-carmelio-augusto-teixeira/sobre>. Acesso em: 21 maio 2026.

²¹ *Idem* (2019).

declarada área de 140,08m² na Rua Perita como de utilidade pública para fins de desapropriação, na intenção de no local se construir uma subestação elevatória para a ampliação da Estação de Tratamento de Água denominada Jardim Botânico, localizada em uma área de proteção ambiental, no bairro Passa Dez, na entrada da cidade de Ouro Preto (FERREIRA, 2017, p. 33).

O bairro ainda se mantém em transformação e expansão, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 a área tinha uma população de 2.953 pessoas residentes em uma média de 850 domicílios (IBGE *apud* VIANA 2025), resultando em diferentes funções e maneiras de apropriação do espaço. Atualmente as estruturas que relegam ao legado da mineração setecentista cumprem outras funções no meio urbano, algumas viraram residências, parte de moradias, área de lazer da comunidade local, marcando uma transformação na ressignificação do espaço social.

4- Utilização das estruturas ditas históricas na urbanização do Bairro

O Bairro São Cristóvão cresceu em meio às estruturas remanescentes da mineração aurífera do século XVIII e os resquícios da fábrica de tintas São Christóvão. Para além de apenas crescer, por vezes essas mesmas estruturas arqueológicas espalhadas dentre o bairro são utilizadas pelos próprios moradores na construção de casas e arruamentos, o que proporciona um novo olhar para as estruturas e uma grande discussão sobre o uso do patrimônio edificado.

Ferreira (2017, p. 42) fala sobre “desconhecimento por parte da população e autoridades acerca do valor patrimonial de tais estruturas”, temendo a perda do legado aurífero em meio as novas moradias e a urbanização desenfreada. De forma contrária, o morador do Bairro Luiz Cláudio Alves Viana em entrevista à Larissa Ferreira em 11 de março de 2021 diz que,

observa algumas imagens antigas, quando ainda não tinha urbanização, a gente consegue ver a posição das estruturas, dos mundéus e dos aquedutos, e os mundéus e os aquedutos hoje eles ganharam uma outra função [...]. Os aquedutos, alguns deles, pelo nivelamento, pela posição, hoje são ruas, então deu esse traçado de via urbana aqui dentro do bairro. Os mundéus da forma que eles eram feitos, aqueles quadrados, um do lado do outro, o primeiro loteamento do bairro foi dentro de um mundéu. Na verdade, a morfologia urbana do Veloso começa dentro dessa estrutura de mineração, dentro dessa planta de mineração (Ferreira. 2022, p.155).

É importante tomar como desconhecidos esses vestígios de mobiliário dos séculos XVIII e XIX por parte da população do Bairro e já afirmar que isso traz prejuízo e destruição ao patrimônio é uma noção que precisa ser revista. A afirmação de Ferreira demanda mais cuidado e uma pesquisa mais cuidadosa deve ser feita, embora aqui escape a nosso objetivo, para que se possa ver em que medida há prejuízo ou ganhos quando a população se apropria desses pedaços do passado. Por ora, pode-se ver, por exemplo, na **figura 5**, à direita e esquerda, parcela dos muros que compõem um dos mundéus presentes no bairro. Tipos de “barragens feitas para retenção de material desmontado das encostas” (SOBREIRA. 2014, p.19). “Os conjuntos de mundéus se localizam no sopé da encosta e recebiam por efeito da gravidade a lama aurífera proveniente da área de desmonte localizada a montante” (FERREIRA. 2017, p.114).

Figura 5 - Muro de mundéu, sendo utilizado como muro de contenção e de divisa.



Fonte: modificado de Viana (2025).

Até mesmo o salão paroquial da capela de São Cristóvão (**Figura 9**), encontra-se construído dentro de um dos mundéus que estão em meio ao bairro. Na imagem pode-se observar o muro de alvenaria de pedra seca ao fundo do salão paroquial. Na contemporaneidade esses muros e estruturas por vezes são utilizados como embasamento para muros de concreto armado ou divisa para a construção de residências (FERREIRA. 2017, p.115).

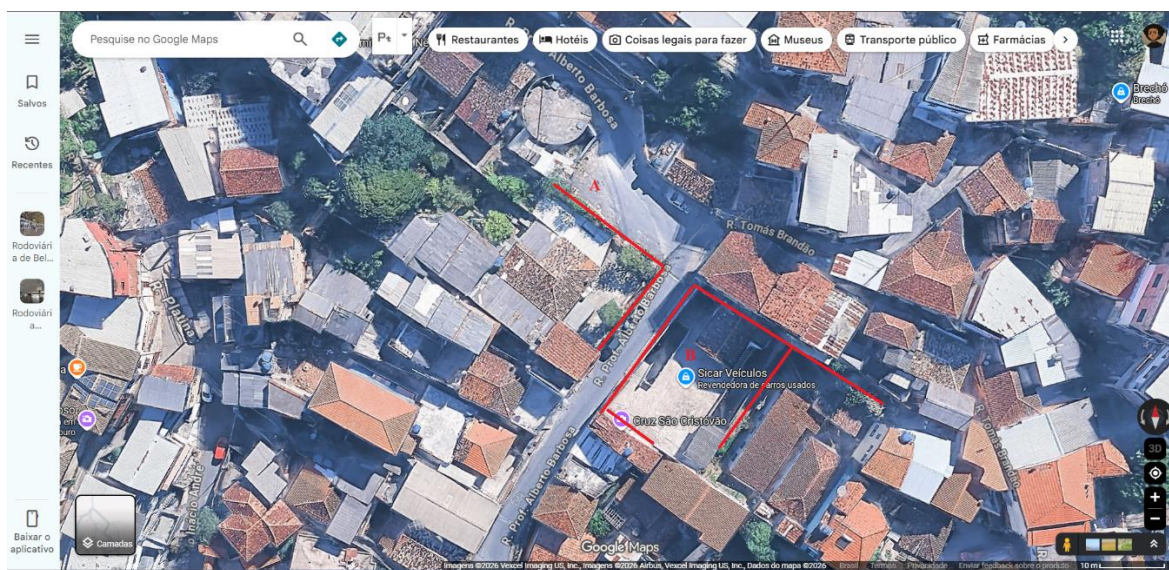
Figura 6 - Muro de mundéu utilizado preservado no salão paroquial



Fonte; Ferreira (2017).

Tal situação reforça o entendimento da reinvenção do espaço do passado em prol do acesso e uso coletivos, e vivenciado pela população do Bairro e dos moradores que residem nas áreas mais altas. As ruínas ganham novos usos para melhoria de casas e arruamentos. Talvez valha avançar a pesquisa para tentar mensurar esses ganhos e também as perdas patrimoniais.

Figura 7 - Estrutura de mundéu utilizada na urbanização



Fonte: modificados de Google Maps

A **Figura 7** evidencia, por sua vez, trecho da Rua Professor Alberto Barbosa, mesmo local onde encontra-se a construção citada na **figura 5** (conjunto A) e a capela e salão paroquial de São Cristóvão (conjunto B). Em vermelho estão destacados muros de mundéus que foram utilizados na construção do Bairro e que ainda podem ser vistos a

olho nu. Por vezes algumas estruturas podem se perder em meio ao casario, situação que aparece na **Figura 7** conjunto A, onde não se pode ver o outro lado do muro, já perdido em meio às construções. Isso também foi observado por Ferreira sobre o mesmo local, embora ele veja a paisagem sobre outra perspectiva, a da perda, mesmo sem indicar concretamente os elementos disso (2017, p.115).

4.1 - A presença da indústria aurífera e de tintas na Serra do Ouro Preto

Anteriormente à construção do Bairro, o local se tornou conhecido como Morro de Ramos, denominação que fazia aceno a seu primeiro proprietário, Antônio Ramos dos Reis. Por volta de 1732, Antônio Ramos dos Reis já habitava às Minas por cerca de vinte anos²², constituindo-se como um dos primeiros povoadores desta região, considerado um dos homens mais ricos da capitania²³.

Antônio Ramos dos Reis se destacou como “descobridor” de lavras minerais, foi camarista por diversos mandatos e integrante do restrito grupo de homens mais ricos da Capitania de Minas Gerais. Em seu inventário, realizado em 1762, Antônio Ramos dos Reis alienou a maior parte de seus bens a seu sócio, José Veloso do Carmo. Português de semelhante influência considerado o juiz mais velho da câmara de Vila Rica, natural da cidade de Braga e que conseguiu a liberação de extração aurífera na área. (Fioravante, 2010).

Viana (2025) afirma que o processo de extração aurífera na localidade ocorreu em dois momentos que se distinguem entre si, dado com a forma em que o ouro é encontrado na natureza: ou o material era extraído do leito de rios e córregos, ou retirado na cumeada da serra. A primeira categoria era denominada “depósito de aluvião” (Ferreira. 2016), que se distingue como a primeira fase e o método mais simplista dentre de extração de ouro. Se configurando em um tipo de cata à beira rio, feito a partir da separação e lavagem do cascalho com gamelas ou bateias. Como também é mencionado por Sobreira (2014, p. 56),

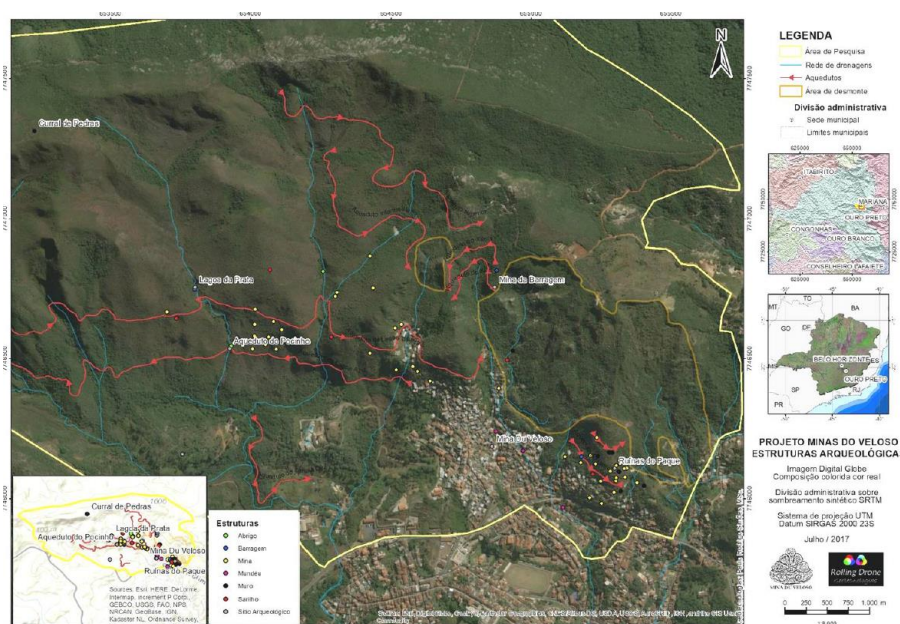
²² AHU, Cons. Ultra. - Brasil/MG, cx. 22, doc. 52. REQUERIMENTO de Antônio Ramos dos Reis, solicitando a D. João V à mercê de o isentar do exercício do ofício de juiz dos órfãos de Vila Rica, em virtude dos afazeres que tem na sua lavra. 17/10/A732 in Fioravante (2010).

²³ ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822**. Niterói: UFF, 2001, p. 260. (Tese de Doutorado) e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Do reino às Minas: o „cosmopolitismo “da elite mineira setecentista”. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos & CAMPOS, Adriana (Orgs.) **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português**. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p. 346 in Fioravante (2010, p.18).

A mineração iniciou-se pelos depósitos aluvionares, onde eram empregadas técnicas relativamente simples. Com o passar do tempo, a conjugação de experiências de brasileiros, portugueses e africanos tornou a exploração mais elaborada. [...] Porém, as atividades que mais deixaram na região concentraram-se nos veios auríferos nos maciços rochosos e, de maneira mais notável, nos depósitos que ocorriam nos flancos das montanhas (grupiaras) e nas rochas mais alteradas e friáveis do substrato rochoso.

Antonil (1711, p. 227) descreve que, para as minas vieram todos os tipos de pessoas. E foi esse mesmo movimento de migração desenfreada que acelerou o processo de retirada do ouro de aluvião e causou a escassez do material na superfície dos leitos dos córregos, levando a complexificação do processo de extração. Dessa forma, as técnicas empregadas para a realização do trabalho minerário também se modificaram, “pois quanto mais difícil fosse encontrar ouro, mais conhecimento técnico teria que estar envolvido no processo e maior o número de pessoas necessárias para executá-lo” (VIANA, 2025). Nasce a necessidade de atingir o ouro impregnado na serra²⁴.

Figura 8 - Mapeamento de aquedutos para captação hídrica na Serra do Veloso.



Fonte: Ferreira (2016)

Isso levou a adoção do desmonte hidráulico da serra. Sobreira (2009, p. 4) comenta que foram realizados grandes desmontes, escavações, transporte e deposição de

²⁴ O OURO de Aluvião. História em minutos, 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Jop_RJZhkuI. Acesso em: 11 jan. 2026.

material removido, abertura de poços, galerias e canais, além de desmatamento generalizado da serra. Na **figura 8** evidenciado em vermelho pode-se observar uma parcela de aquedutos de captação água, que ainda estão visíveis em meio ao casario. Essas estruturas proporcionavam a captação e desvio de redes hídricas de nascentes e córregos naturais a fim de conduzi-las até outras áreas, conhecidas como áreas de desmonte. O intuito era causar a fragilidade da serra e posterior colapso (SOBREIRA e todos, 2009).

Neste bairro são também verificados túneis ou galerias subterrâneos, que ganham o nome popular de sarilhos e minas. Sobreira (2009, p. 145) classifica os sarilhos, como tipos de poços e chaminés esculpidas com o intuito de proporcionar a ventilação das galerias subterrâneas de extração as quais possuem extensão bastante variável, “desde 10 a 400 m, e formas irregulares, mostrando a aleatoriedade do método através do qual se buscava o ouro em veios em profundidade” (Sobreira, *et al*, 2009). Essas galerias pertencem à segunda classificação - filões auríferos - observada por Ferreira (2017).

Essas marcas de atividades de mineração aparecem ao longo de toda a Serra, estendendo-se desde o limite oeste da cidade, na localidade denominada Passa Dez e São Cristóvão, entrada da cidade de Ouro Preto até o limite leste, no bairro Taquaral, saída para cidade de Mariana (Sobreira, *et al*, 2009, p. 145). Von Eschwege (1833, p.267) se referiu a tais atividades “como uma verdadeira caça ao ouro, na qual se perseguia as camadas e os veios em todas as direções, dando origem a um perfeito labirinto de tocas de toupeiras”.

Sobreira e todos (2009) afirma que as lavras do Veloso funcionaram até meados do século XIX. Eschwege (1979, p. 8) completa que por volta de 1815, somente trinta e quatro homens decrepitos eram empregados nos serviços; cuja produção em todo o ano não ultrapassava de cento e cinquenta oitavas de ouro, evidenciando a eminente decadência da lavra. Os aquedutos escavados na própria rocha e as cavas subterrâneas conhecidas como minas apresentam-se como a tipologia mais presente na Serra do Veloso também cita Sobreira e todos (2009).

4.2 - Fábrica de Tintas

Outra destinação que a Serra ganhou no século XX e que também deixou parte de sua história na serra do bairro São Cristóvão é a retirada de terras coloridas para a fábrica

de tintas naturais. Em 1921, a Usina São Christovão, de propriedade do industrial alemão Carlos Kuenerz, já realizava operações em Ouro Preto, conforme atesta um comunicado feito à Câmara Municipal, em 10 de agosto daquele ano:

não exploramos baritina em Antônio Pereira, como o amigo allude em s/carta e nunca exploramos esse mineral. Continuamos, entretanto, a exploração de tintas na Serra de Antônio Pereira, como fazia o falecido Sr. Julio Martins (APMOP, 1921, *apud* Dias; Cardoso. 2025).

Figura 9 - Local de exploração de pigmentos minerais na Serra do Veloso



Fonte: Lucas de Godoy - Vellozia Filmes, 2025 *apud* Dias. Adelaide; Cardoso. Fernando (2025).

A Usina São Christovão se tornou, na década de 1940, a mais importante indústria de tintas em pó da América do Sul (TELLES, 1989 *apud* DIAS; CARDOSO. 2025) e tal posição se deve, em partes, à exploração de pigmentos em Ouro Preto. A **figura 6** evidencia cortes cumeada na serra do São Cristóvão, local onde eram retiradas as terras coloridas (DIAS; CARDOSO. 2025, p. 65).

Na década de 1970 houve a retomada do impulso econômico local acelerando o crescimento demográfico e intensificado pela instalação de grandes mineradoras nos distritos próximos. A cidade passou a incorporar inovações programáticas e materiais, introduzidas pelo processo de industrialização que o país estava vivendo, ora importando da Europa (DIAS; CARDOSO. 2025, p. 25). A fábrica encerrou suas atividades na década de 1930 (Ouro Preto, 2007 *in* DIAS; CARDOSO. 2025, p. 25). Infelizmente da presença da fábrica de tintas São Christóvão no alto da serra do Bairro somente sobrou as marcas no local de extração (**Figura 6**) e a memória dos moradores. Essa mesma fábrica ainda teve atuação em Antonio Pereira, distrito de Ouro Preto.

O inventário de proteção do acervo cultural produzido pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto, em 2007, registrou as ruínas do antigo “Barracão das tintas” (OURO PRETO, 2007, p. 39). Dias e Cardoso (2025, p. 66) contam que, segundo relatos dos moradores, esse barracão era equipado com “tanques usados na fabricação de tintas” sem, no entanto, apresentar descrições mais detalhadas, dado o avançado estado de degradação daquelas estruturas. Completam que, lamentavelmente, na ocasião da visita realizada pelo pesquisador Fernando Cardoso, em 2019, as ruínas registradas no inventário já haviam dado lugar a uma nova edificação.

4.3 - Mina Du veloso. O turismo afro presente no bairro.

Sobreira e todos (2014) citam que é na década de 1990 que iniciaram estudos nestas áreas com a abordagem direcionada a preservação patrimonial. A partir do cadastramento e mapeamento de ruínas das estruturas de mineração a flor da terra e galerias das subterrâneas, o que possibilitou que hoje haja um bom conhecimento do acervo existente no bairro e da perda dele. Neste contexto, desenvolveu-se uma grande demanda pela divulgação da existência e da importância deste acervo patrimonial (SOBREIRA, *et al* 2014).

Há ainda estruturas que foram revitalizadas e transformadas em espaços turísticos, como é o caso das minas turísticas presentes na região. A única existente no bairro aberta à visitação é a Mina Du Veloso, idealizada por Eduardo Evangelista, foi aberta ao público em 2014²⁵. Esta mina é um dos poucos empreendimentos turísticos, fora do centro turistificado da cidade de Ouro Preto. A mina busca apresentar ao público visitante o contraste entre o casario contemporâneo desenvolvido na encosta e a porção central colonial da cidade de Ouro Preto, transmitindo para seus visitantes e para os moradores da região as narrativas a respeito das estruturas da mineração presentes na Serra, que foram construídas com tecnologia e conhecimento trazidos pelos africanos (FERREIRA, 2022, p. 48).

Segundo Eduardo Evangelista em entrevista dada ao canal do YouTube “Arte De Toda Gente”, “a mina busca ressignificar a imagem do povo preto, seus trabalhos, técnicas e expertise desenvolvidas para a construção da cidade, e do Brasil, a partir do

²⁵Bem-vindo(a) ao nosso território de memória. 2025. Disponível em: <https://minadoveloso.com.br/sobrenos/>. Acesso em: 22/06/2026.

legado patrimonial encontrado na Serra”²⁶. A **Figura 10** mostra a entrada da cava subterrânea, local que hoje é uma propriedade privada e ocupa a posição Nº 15 de “144 coisas para fazer em Ouro Preto” do TripAdvisor²⁷. Além disso, a mina faz parte do Circuito Ou(T)ro Preto que promove afroturismo em Ouro Preto, projeto que une visitas guiadas com foco na história afro-brasileira e um curso gratuito de formação para guias em Afroturismo²⁸.

Figura 11 - Entrada da Cava subterrânea Mina Du veloso



Fonte: Ferreira (2017)

O local apresenta-se como um dos desdobramentos do território do bairro São Cristóvão. Onde a instituição privada Mina Du veloso produziu um tipo de reaproveitamento das estruturas de mineração para o turismo histórico. Cria-se assim uma ponte e ao mesmo tempo um conflito entre a coexistência da memória do passado colonial e da vida social e cotidiana da população no Bairro.

Como uma faca de dois gumes, a mina acaba trazendo um público visitante não-convencional ao Bairro, que, por sua vez, também traz problemáticas envolvendo o turismo. Exemplo disso o caso dos ônibus de passageiros, popularmente conhecidos como Jardineiras (MACHADO. 2021). Segundo Eduardo Evangelista em entrevista concedida

²⁶ BOSSA Criativa | Mostra Ouro Preto | Apresentação| Coletivo Outro Preto. [S. l.: s. n.], 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-QFLeRSY31c>. Acesso em: 24 maio 2026.

²⁷ Mina Du Veloso - Ouro Preto. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303389-d7655323-Reviews-Mina_Du_Veloso-Ouro_Preto_State_of_Minas_Gerais.html. Acessado em: 22/06/2026

²⁸ <https://guianegro.com.br/circuito-outro-preto-promove-afroturismo-em-ouro-preto/>. Acesso em: 24 maio 2026.

a Leila Medina Leite Féres (FÉRES. 2023, p.153), foi feita uma parceria entre as jardineiras e a Mina Du veloso, em prol de regular melhor o funcionamento interno e o fluxo de turistas na mina. Leo ex-guia²⁹ da mina, também citado na pesquisa (p, 152), comenta que foi “um tiro no pé” esse acordo entre jardineiras e a Mina Du Veloso. Eduardo Evangelista ainda menciona que o “seu ganho financeiro com essa parceria é um percentual por turista que visita a mina através das jardineiras” (FÉRES. 2023, p.158).

Féres (2023, p. 154) ainda buscou entender os diversos problemas entre as jardineiras e o trânsito da cidade de Ouro Preto. Ela ainda teve a oportunidade de conversar com a Guarda civil Municipal, que expressou angustia em lidar com os problemas diários em relação a este transporte turístico.

Essas problemáticas diárias levaram à expedição do Decreto nº 6.148 de 19 julho de 2021. Nele visa-se criar pré-requisitos para que esses ônibus possam se locomover pela cidade. Segundo o jornal Real FM (2021) os veículos terão que cumprir três regras:

estão impedidos de trafegar em algumas vias que representam riscos de acidentes, como ladeiras; e, os veículos terão espaços definidos para estacionamento, embarque e desembarque de passageiros e terão que passar por uma inspeção na Superintendência Municipal de transporte e trânsito (Ourotran), onde receberão um selo de conformidade.

Três anos depois por meio do Art 6º presente no Decreto N° 8.265 de abril de 2024 a municipalidade ratificou o anterior decreto, adicionando os incisos XXIII, XXIV e XXV, sendo eles o nome das ruas que agora encontram-se fora do acesso das jardineiras:

(...)
XXIII – Rua Jose Araujo Dias;
XXIV – Rua Professor Alberto Barbosa;
XXV – Professor Brito Machado;

Cumprir destacar que a Rua Professor Alberto Barbosa configura um dos principais acessos ao bairro São Cristóvão. Tal condição imposta pelo Decreto N° 8.265/2024 evidencia as limitações à circulação de veículos de grande porte no Bairro. O que se reconhece é o comprometimento da mobilidade urbana e a dificuldade do acesso turístico, em razão das barreiras físicas existentes e provenientes da organização urbana própria da localidade.

²⁹ Infelizmente a autora não cita o nome completo do ex-guia da mina

Ferés (2023, p.153) discute também sua visita a Mina Du veloso, feita com a equipe da jardineira.

O ônibus com os turistas precisou parar em local inadequado, na entrada do bairro São Cristóvão (também conhecido como Veloso), para todos descerem e seguirem a pé até a Mina (cerca de 200 metros de subida). No meio do caminho uma das turistas, carregando o filho no colo, visivelmente cansada, desistiu da subida até a mina e foi embora sozinha. Claramente alguns dos passageiros estavam desanimados, com pouco entusiasmo pelo passeio e sem nenhum incentivo que justificasse aquela subida no fim da tarde. Não aconteceu uma explicação no interior do ônibus ou assim que descemos dele de porquê paramos ali, para onde estávamos indo, não houve qualquer menção da curta distância do deslocamento, apenas o aviso: “vamos para a mina de ouro”.

Assim, a Mina Du Veloso também tem participação na atuação e movimentação social no bairro, o que faz parte das possíveis mudanças e implantações em meio ao patrimônio e a vida, seja pelo seu funcionamento ou pelas problemáticas e potencialidades envolvendo a implantação de roteiros turísticos no bairro São Cristóvão. Se, por um lado, o espaço dito histórico abre possibilidades para certas discussões, por outro, é preciso analisar melhor (quem sabe em pesquisa futura) as questões específicas de como esse espaço privado tem impacto na vida pública e cotidiana dos moradores. A pergunta a ser respondida diz respeito não apenas ao processo de ocupação e urbanização ligado àquilo que historicamente constituiu a cidade de Ouro Preto, mas também às formas de apropriação privada desses bens. Cabe perguntar sobre os benefícios para os moradores, uma vez que o direito ao passado não pode inviabilizar a vida e o direito ao presente de quem reside no local.

5 - Considerações Finais

As transformações observadas no bairro São Cristóvão evidenciam a complexidade das relações estabelecidas entre a expansão urbana, a ocupação do território e as políticas de preservação patrimonial a partir da década de 1960. O crescimento da localidade em meio a uma área patrimonializada demonstra que os espaços protegidos não permanecem estáticos, tornando-se passíveis de ressignificação, dada às dinâmicas sociais, econômicas e culturais dos habitantes.

A pesquisa aqui descrita permitiu compreender que a formação e consolidação do bairro São Cristóvão que ocorreu em um contexto marcado por tensões entre a necessidade por moradia, o crescimento populacional e as diretrizes de proteção do

patrimônio. Nesse processo, os moradores desempenharam papel fundamental na construção da identidade local, estabelecendo vínculos materiais e simbólicos com o território do bairro São Cristóvão. Além disso, se tornou possível observar que as iniciativas de regularização fundiária e os incentivos destinados à melhoria das condições habitacionais representaram um importante avanço para a integração do bairro às políticas públicas urbanas. Essas medidas que contribuíram não apenas para a valorização das moradias e da infraestrutura local, mas também para o reconhecimento do direito à cidade e da permanência das populações que historicamente ocuparam a região.

Conclui-se que a preservação do patrimônio cultural e a garantia de condições dignas de habitação não devem ser observadas como condições equivalentes entre si. Ao contrário, a experiência analisada por esse trabalho, demonstra a necessidade de construir políticas que conciliem a proteção dos bens patrimoniais com as demandas sociais das comunidades que habitam esses espaços. A valorização do patrimônio, nesse sentido, deve considerar não apenas os elementos materiais da paisagem, mas também as trajetórias, memórias e práticas cotidianas que construíram o significado do lugar.

Por fim, este trabalho pretende contribuir para o debate acerca das relações entre patrimônio, urbanização e habitação, destacando a importância de abordagens mais inclusivas e participativas na gestão das áreas patrimonializadas. Também se sugere a buscar por estudos futuros, pensando os impactos sociais das políticas de preservação e os impactos da urbanização no patrimônio, buscando a melhor compreensão sobre os desafios e possibilidades da convivência entre patrimônio cultural e desenvolvimento urbano e social.

6 - Fontes:

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Caixa 1. Fundo: Prefeitura de Ouro Preto, Série: Patrimônio Histórico. Tipologia: Correspondências, relatórios, projetos, atas. Pasta: Levantamento Aerofotogramétrico e restituição executado por PLAMG LTDA. Nº 73.

Arquivo Municipal de Ouro Preto. Livro Nº1 Decreto/Lei 13/1931. Fundo PMOP, Série: Governo, Subsérie: Legislação. 1931-1954. Acesso em 26 de março de 2026.

Arquivo Municipal de Ouro Preto. Livro Nº1 Decreto/Lei 25/1932. Fundo PMOP, Série: Governo, Subsérie: Legislação. 1931-1954. Acesso em 26 de março de 2026

Arquivo Público Municipal de Ouro Preto. Lei 77/1974. Caixa 1. Fundo: Prefeitura de Ouro Preto, Série: Patrimônio Histórico. Tipologia: Correspondências, relatórios, projetos, atas. (1970-1979) Arquivo avulso.

Arquivo Municipal de Ouro Preto - Correspondências, relatórios, projetos, atas, Legislação - 1970 - 1979 - Caixa 1. Pasta: Levantamento Curfotogrametrico e Restituição executado por PNAG-LTDA. IPHAN N°73.

Brasil. Decreto n. 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 17 jul. 1933. Seção 1, p. 14.153.

Brasil. Decreto-lei n. 8.534, de 2 de janeiro de 1946. Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o serviço do mesmo nome, criado pela lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá novas providências. *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946a. Seção 1, p.118.

Brasil. Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 6 dez. 1937c. Seção 1, p. 24.056.

Brasil. Decreto-lei n. 8.534, de 2 de janeiro de 1946. Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o serviço do mesmo nome, criado pela lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá novas providências. *Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 4 jan. 1946a. Seção 1, p.118.

Brasil. Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil De 1937, art. 46. 10 de novembro de 1937. Legislativo.

Vargas. Getúlio. [Constituição (1937)]. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. [S. l.: s. n.], 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 4 maio 2026.

Ouro Preto. Decreto N° 6.148 De 19 julho De 2021 **Dispõe sobre os requisitos para a prestação de serviços de transporte turístico na modalidade passeio local**. Ouro Preto, 27 de julho de 2021 - Publicação nº 2732. Disponível em: https://www.ouropreto.mg.gov.br/static/arquivos/ourotran/ourotran_dec6148.pdf. Acesso em: 09/07/2026.

7 – Bibliografia consultada:

Antonil, André João. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. Introdução por Afonso d' Escragnolle Taunay; vocabulário por A.P. Canabrava. – Brasília: **Senado Federal**, Conselho Editorial, 2011.

Aguiar. Leila. Desafios, Permanências e Transformações na Gestão de um Sítio Urbano Patrimonializado Ouro Preto - 1938-1975. 2016.

Almeida, Carla Maria de Carvalho de. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Niterói: UFF, 2001, p. 260. (Tese de Doutorado) e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. “Do reino às Minas: o „cosmopolitismo “da elite mineira setecentista”. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos & CAMPOS, Adriana (Orgs.) Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, p. 346 in Fioravante (2010, p.18).

Calil M. R. Morar na cidade do ouro: os desafios de ocupar encostas mineradas bairro São Cristóvão como estudo de caso. Escola de Minas, Departamento de Arquitetura. **Universidade Federal de Ouro Preto**, Ouro Preto, Trabalho Final de Graduação, 2015.

Circuito Ou(T)ro Preto promove afroturismo em Ouro Preto. **Guia Negro**. 29 maio 2025. Disponível em: <https://guianegro.com.br/circuito-outro-preto-promove-afroturismo-em-ouro-preto/>. Acesso em: 24 maio 2026.

Dias, Adelaide; Cardoso, Fernando. As Cores Originais: um estudo sobre Ouro Preto. Ouro Preto, MG. ISBN: 978-85-85194-05-5. 2025.

Denir. Ouro Preto para Pedestres. 2009. **Transporte Ativo**. Disponível em: <https://transporteativo.org.br/ta/?p=638>. Acesso em: 22/06/2026.

Eschwege, Wilhelm Ludwig Von. Pluto Brasiliensis. Vol. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. **Edições Do Senado Federal** Vol. 140. 2021.

Ferreira, Eduardo Evangelista. Patrimônio mineiro na Serra do Veloso em Ouro Preto-MG: registro, análise e proposição de circuitos geoturísticos interpretativos. Orientador: Prof. Dr. Frederico Garcia Sobreira. 2017. Dissertação (Mestrado) - **Universidade Federal de Ouro Preto**, Ouro Preto, 2017.

Ferreira, Larissa. Ferreira, Larissa. Elementos para uma leitura afrodescendente da paisagem minerária, Bairro do Veloso, Ouro Preto-MG (2006-2021)

Fioravante. Antônio Ramos dos Reis; Nicolau Carvalho de Azevedo. Os Homens Bons nas Minas do Ouro, Notas Acerca do Perfil Social dos Oficiais Camarários na Vila Rica setecentista. ISSN 1982-4238. 2010.

Fonseca, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro. **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**, Minc/Iphan, 2005.

Féres. Leila Medina Leite. guias de turismo, trabalho e memórias em disputa em uma cidade patrimonializada/turistificada – ouro preto, mg. Tese (Doutorado em História). **Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro**. 2023.

Giacomin. Rômulo. Mina do século 18 é descoberta após parte de uma casa desmoronar, em Ouro Preto. **Jornal Galilé**. 2023. Disponível em: <https://galile.com.br/mina-descoberta-ouro-preto/>. Acessado em: 22/06/2026.

Pereira, Walter. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Arquivo Nacional. **Gov**. 2026. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/83-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-vargas/1770-servico-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional>. Acesso em: 21/06/2026

Prefeitura de Ouro Preto inicia a fiscalização das jardineiras para garantir segurança 10 anos após o acidente do bondinho de Santa Teresa. **Radio Real FM**. 2021. Disponível em: <https://www.real.fm.br/noticia/1584/prefeitura-de-ouro-preto-inicia-a-fiscalizacao-das-jardineiras-para-garantir-seguranca-aos-turistas>. Acesso em: 22/06/2026.

Salgado, Marina. Ouro Preto: Paisagem em transformação. Orientador: Stael de Alvarenga Pereira Costa. 2010. 197 p. Dissertação - **Escola de Arquitetura da UFMG**, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MMMD-QCLUV/1/ouro_preto___paisagem_em_transforma__o.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

Sobreira, Frederico Garcia, *et al.* "Acervo arqueológico relacionado à antiga mineração do ouro em Ouro Preto. **CETEM/MCT/CNPq/CYTED**, 2009.

Sobreira, Frederico. Mineração do ouro no período colonial: Alterações Paisagísticas Antrópicas na Serra de Ouro Preto, Minas Gerais. 2014.

Sobreira, Frederico Garcia; Maia, André Castanheira; Ferreira, Eduardo Evangelista; Lucon, Tiago Nogueira; Lima, Hernani Mota. Divulgação do Acervo Arqueológico de Mineração no Período Colonial em Ouro Preto e Mariana. **Revista de Ciência em Extensão**, v.10, n.1, 2014.

Lacourt, F. Jazidas auríferas de Ouro Preto e Mariana. Mineração e Metalurgia, julho-agosto, p. 87-95 1837, *in* Sobreira, Frederico Garcia, *et al.* "Acervo arqueológico relacionado à antiga mineração do ouro em Ouro Preto. **CETEM/MCT/CNPq/CYTED**, 2009.

Mariz, Clara. Fruto do período colonial, centro de Ouro Preto possui 270 minas subterrâneas. **Radio Hoje em Dia**. 2022. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/minas/fruto-do-periodo-colonial-centro-de-ouro-preto-possui-270-minas-subterraneas-1.884679>. Acesso em: 11 maio 2026.

Machado, Nivia. Ouro Preto vai fiscalizar jardineiras de olho na segurança dos turistas. **Estado de Minas**. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/turismo/2021/09/29/interna_turismo,1310041/ouro-preto-vai-fiscalizar-jardineiras-de-olho-na-seguranca-dos-turistas.shtml. Acesso em: 22/06/2026.

Oliveira, Nayara. Cordilheira do Espinhaço, o novo destino do turismo de natureza no Brasil. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/cordilheira-do-espinhaco-o-novo-destino-do-turismo-de-natureza-no-brasil>. Acesso em: 17 dez. 2025.

Ouro Preto. Lista de Bens Inventariados. 2007. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ouropreto.mg.gov.br/desenvolvimentourbano/arquivos/lista-01-lista-de-bens-inventariados.pdf>. Acesso em: 09/07/2026.

Viana, Luiz Cláudio Alves. Turismo Étnico-Racial em Ouro Preto. 1º Ed. Contagem Editora Escola Cidadã, 2025.

Viana, Luiz Cláudio Alves; Brusadin, Leandro Beneditini. O turismo étnico na Mina Du Veloso em Ouro Preto (MG): um estudo do equipamento interpretativo do patrimônio afro. **Rev. Tur. & Cid.**, São Luís, v. 3, n. 6, p. 122-145, jan/jun. 2021